

Advogado acha que Orçamento foi assaltado

Assessor da CPI da Corrupção que investigou governo Sarney critica arquivamento da denúncia

LUIZ MAKLOUF CARVALHO

A CPI da Corrupção que em 1988 investigou o governo José Sarney e a CPI do Orçamento são “gradações” sobre o mesmo tema: o assalto ao orçamento federal. Essa é a opinião do advogado José Carlos Bruzzi Castello, que durante 117 dias assessorou o senador José Ignácio Ferreira na presidência da CPI que acusou o ex-presidente de nove crimes de responsabilidade (violações orçamentárias).

Ele também foi co-autor, com o jurista Raymundo Faoro, do pedido de liminar ao Supremo Tribunal Federal (rejeitado) contra o arquivamento da denúncia a Sarney e cinco ministros, determinado pelo então presidente em exercício da Câmara, Inocêncio de Oliveira. Em entrevista publicada ontem, o ex-senador José Ignácio Ferreira acusou Sarney de ter beneficiado empreiteiras, armadores, estaleiros e banqueiros. Bruzzi e o senador José Ignácio foram os principais redatores da inquirição que a CPI dirigiu a Sarney em 29 de junho de 1988 — 40 perguntas até hoje não respondidas.

Estado — A denúncia levantou da-

**DOIS LIVROS
RELATAM A
INVESTIGAÇÃO
FEITA EM 1988**



Otávio Magalhães/AE

José Carlos Bruzzi: “O silêncio se interpreta”

dos suficientes para justificar pedido de impeachment contra o presidente Sarney?

Bruzzi — Sem dúvida. O Congresso podia até rejeitá-la, mas tinha que apreciar o seu mérito.

Estado — Essa violações são jurídico-formais ou são violações que escondem corrupção, negociatas e favorecimentos?

Bruzzi — Por trás de cada uma dessas violações existe alguém que

tabelece que a lei nova não pode violar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido. Então, por que um decreto presidencial pode ser retroativo para lesar o erário em favor de empreiteiros? Isso não pode. Os empreiteiros tiveram uma correção retroativa quando todos os negócios da sociedade brasileira estavam congelados. Por que dar só aos empreiteiros?

Estado — Por que o presidente não respondeu à inquirição da CPI?

Bruzzi — O presidente não respondeu a nenhuma das 40 indagações — mais de 60 perguntas, no total. Ora, o silêncio interpreta-

se beneficiou indevidamente. A nossa esperança era que o Ministério Público e a Polícia Federal aprofundassem as investigações para chegar aos crimes comuns — se houvessem sido cometidos.

Estado — Entre as denúncias, a CPI destacou então os decretos-leis que permitiram retroatividade nos contratos entre o governo e as empreiteiras.

Bruzzi — A Constituição estabelece que a lei nova não pode violar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido. Então, por que um decreto presidencial pode ser retroativo para lesar o erário em favor de empreiteiros? Isso não pode. Os empreiteiros tiveram uma correção retroativa quando todos os negócios da sociedade brasileira estavam congelados. Por que dar só aos empreiteiros?

Quase cinco anos depois de ter sido encerrada, a CPI da Corrupção, que apurou denúncias de irregularidades no governo de José Sarney, continua sem resposta para 40 perguntas que enviou ao então presidente. O relatório final de 198 páginas, resultado das investigações feitas entre 10 fevereiro e 30 de novembro de 1988, foi arquivado por um despacho de três linhas do presidente em exercício da Câmara, Inocêncio Oliveira (PLF-PE). “A CPI da Corrupção apurou denúncias seríssimas contra o presidente Sarney”, avaliou o ex-senador e advogado José Ignácio Ferreira, que presidiu a comissão. “Se ela não deu em nada é porque o País era outro.”

A denúncia, segundo o ex-senador, apontava “crimes de responsabilidade e evidências de crimes comuns”. Se o ex-presidente tivesse respondido às dúvidas que a CPI levantou sobre nove temas, as conclusões teriam sido “melhor orientadas”, explicou José Ignácio. A partir de 51 depoimentos, 35 mil peças de documentos e diligências em vários Estados, a comissão concluiu que Sarney tratou o Orçamento com “leviandade” e beneficiou banqueiros, empreiteiros e armadores.

José Ignácio acredita que se a CPI tivesse ocorrido hoje as coisas teriam acontecido de outra forma. Sarney, que “simplesmente não respondeu” as perguntas, enviaria suas respostas. O presidente teria menos espaço para obstruir os trabalhos e o

QUESTÕES EM ABERTO

relatório final seria examinado. “O desfecho eu não sei qual seria, mas poderia ter sido uma apreciação favorável ao impeachment.”

A seguir, as principais dúvidas da CPI que Sarney não esclareceu:

■ Enquanto os preços de bens e serviços ainda estavam congelados pelo governo federal, Sarney assinou dois decretos — 94.042 de 18/2/87 e 94.233 de 15/4/87 — determinando reajustes retroativos aos contratos da União com empreiteiras, dando prejuízo de US\$ 600 milhões aos cofres federais. O primeiro decreto, nunca publicado, retroagia os reajustes que “poderiam ser feitos” a 24/11/86. Na versão que vigorou, o texto diz que os reajustes “serão concedidos”, retroativos a 1/1/87.

Sarney não explicou por que mudou o decreto e quanto o Tesouro gastou.

■ Estaleiros e armadores, segundo a CPI, foram beneficiados por “dávivas” em dois decretos-leis de Sarney: 2.204 de 23/12/87 e 2.414 de 12/8/88, que ampliaram o percentual do Adicional ao Frete, destinado a amplo leque de benefícios a armadores. Os recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) poderiam até mesmo ser usados para pagar dívidas de estaleiros e armadores com

o próprio FMM. Sarney não esclareceu qual era a dívida total de armadores com o FMM.

■ No intervalo de 27 dias, sem explicações, o ex-presidente assinou dois decretos-leis quase iguais. O primeiro, 2.293 de 21/11/86, dizia: “São privativas das instituições financeiras públicas federais as operações de crédito e financiamento de qualquer modalidade, em que se utilizarem recursos geridos por órgãos ou entidades da Administração Federal.” O

texto foi revogado pelo decreto 2.307: “As operações de crédito e financiamento de qualquer modalidade, em que se utilizarem recursos geridos por órgãos e entidades de Administração Federal, são privativas de instituições fi-

nanceiras.” A CPI ficou sem saber por que a expressão “públicas federais” sumiu do texto.

■ A CPI concluiu que a terra natal de Sarney, Pinheiro (MA), foi beneficiada por “verbas substanciais” em 1987. Os recursos faziam parte de um confuso esquema de liberações de recursos do Fundo de Auxílio aos Municípios, feitas sem provisão orçamentária. Sarney não explicou se havia plano para liberar verbas e se sabia que faltava provisão.

**EX-SENADOR
DIZ QUE “O
PAÍS ERA
OUTRO”**